

## **Por uma Geografia da África: elementos para uma educação étnico-racial<sup>1</sup>**

Rafael Cícero Oliveira<sup>2</sup> - [rafael.geo@hotmail.com](mailto:rafael.geo@hotmail.com)

No Brasil a partir dos anos de 1970/80 se procurou conferir ao saber geográfico uma práxis voltada para compreender as contradições inerentes ao espaço geográfico, e comprometida com a transformação social. Nesse período assinalado como “renovação da geografia”, novos temas foram incorporados nas pesquisas e debates do conhecimento geográfico.

Entretanto algumas temáticas a produção geográfica pós-renovação não conseguiu contemplar, deixando uma grande lacuna até os dias atuais, como, por exemplo, as discussões étnico-raciais na construção dos diferentes espaços e o continente africano na sua multidimensionalidade. Por isso estamos propondo, nesta comunicação, um debate sobre a inexistência de uma Geografia da África, que abarque a dinâmica e a totalidade deste continente.

Este trabalho é fruto de nossas primeiras práticas enquanto professores de geografia, somadas as nossas discussões e pesquisas no núcleo de Estudos Afro-Asiático (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina, onde estamos desenvolvendo um trabalho de construção de material didático alternativo sobre a África. Temos como objetivo provocar um debate sobre a necessidade da (re)construção de uma Geografia da África e que contemple as questões étnico-raciais nas diferentes análises do espaço geográfico.

A justificativa para estarmos propondo essa discussão está ligada a Lei Federal 10.639, promulgada em 2003, que obriga as escolas públicas e particulares incluírem no seu sistema de ensino básico a história e a cultura da África dos Afro-brasileiros. Com essa Lei Federal, não se cria uma nova disciplina para desenvolver esta temática em sala de aula, mas a incluiu no currículo como comum todo, portanto como temática que deve ser incluída nas aulas de geografia.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto de nossos estudos e discussões desenvolvidas no Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina, onde desenvolvemos um projeto de construção de material didático alternativo sobre a África, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que serão destinados a rede pública do ensino básico do Paraná. Por isso agradecemos enormemente á professora Elena Maria Andrei, coordenadora do NEAA, e aos companheiros Saulo Campos e Cíntia Pereira dos Santos

<sup>2</sup> Estudante do 5º de bacharel em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

Para tanto no primeiro momento deste trabalho teceremos uma discussão sobre a Lei 10.639 e a responsabilidade da ciência geográfica frente á essa nova demanda social. Assim discutiremos também a dimensão das questões étnico-raciais nas pesquisas de Geografia a partir da análise da produção geográfica do maior encontro de Geógrafos do Brasil, o XV Encontro Nacional de Geógrafos, realizado no mês de julho de 2008 em São Paulo, onde foram publicados milhares de artigos.

Em seguida discutiremos as análises e interpretações feitas sobre o continente africano, e a necessidade de uma (re)construção da Geografia África. Nessa etapa do nosso trabalho iremos nos basear principalmente em historiados e em poucos geógrafos que se detiveram com afinco para tentar compreender as múltiplas dimensões do continente africano. E para finalizar esse trabalho, que não é o fim, mas o início de nossas discussões a respeito de uma Geografia da África, faremos nossas colocações a respeito desse trabalho e de nossas leituras a respeito dessa temática durante nossa prática enquanto estagiário do Núcleo de Estudos Afro-Asiático (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina.

### **A Geografia e a Lei 10639: responsabilidade e desafios de uma educação étnico-racial.**

De Zumbi a Lei 10.639/03 vários foram os períodos e espaços de lutas dos negros brasileiros; seja individualmente para sobreviver nos espaços excludentes das grandes cidades e do campo brasileiro, seja coletivamente nos diversos movimentos negros de lutas e resistências como quilombos, movimento unificado negro, teatro experimental do negro, entre outros. Ao contrário das histórias oficiais os afro-brasileiros sempre lutaram contra os opressores para se libertarem das senzalas, pela abolição, por trabalho, por terra, pela educação, teatro e cinema.

È nesta perspectiva de luta e resistência que devemos compreender a Lei Federal 10.639, promulgada em janeiro de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, como bem coloca Santos (2005) essa Lei tem que ser compreendida como fruto da luta anti-racista do movimento negro organizado.

A literatura brasileira sobre as questões étnico-raciais (VERTUAN 2007, LEITE 2007, CAVALLEIRO 2005; BRASIL 2004 entre outros), já comprovou que neste país historicamente se desenvolveram relações dessimétricas de brancos contra negros e indígenas. Deste modo essa lei supracitada tem por objetivo “promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de preconceitos, discriminação e racismo” (BRASIL, 2004, p.8)

Essa Lei (10.639) visa à obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no ensino básico. Esse ato do Estado brasileiro visa reconhecer, valorizar e discutir devidamente a cultura e história da África, evidenciando suas múltiplas dimensões e contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na conformação do território nacional

O artigo 26º desta Lei Federal estabeleceu que fosse cumprida nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto em escolas particulares. Neste mesmo capítulo, no inciso 2 constitui-se que

Os conteúdos referentes a história e a cultura afro-brasileira *serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar*, em especial nas áreas de Educação Artísticas e de Literatura e história brasileira. (grifo nosso)

Como podemos observar no inciso dois, com essa Lei Federal, não se criou uma nova disciplina para trabalhar esta temática, mas a incluiu “no âmbito de todo o currículo escolar”, portanto, como temática que deverá ser trabalhada nas aulas de geografia. Ou seja, o desenvolvimento da Lei Federal 10.639/03, solicitou uma nova responsabilidade social à ciência geográfica, sobretudo, a geografia escolar, que junto a outras disciplinas, tem uma responsabilidade de (des)construir os estereótipos negativos sobre os afro-brasileiros, sobre a África e sobre os espaços afro-brasileiros. E neste sentido contribuir para resgatar a auto-estima de milhões de brasileiros afro-descendentes que não se vêem na história e nem na construção dos diferentes espaços. Assim poderá contribuir com a sociedade, em especial com os negros, que como salienta Milton Santos (2000) historicamente permaneceram na base da pirâmide social quanto haver subido na vida.

Há dois séculos o geógrafo libertário Kropotkin (1979, p.6), já havia registrado que uma importante tarefa que a geografia deveria ensinar era à “combater o preconceitos que foram inculcados em relação às chamadas raças inferiores”. Porém sabemos que este geógrafo, entre outros, como *Elisée Reclus*, não foram ouvidos pela geografia oficial, que se colocou junto aos interesses dos Estados-maiores e das “potencia civilizadoras”.

Por isso a geografia negligenciou esta questão por um longo tempo, ou melhor, até os dias atuais. Mesmo que no discurso da renovação da geografia, dos anos de 1970, tenha dito que a geografia escolar crítica incorporou o “combate aos preconceitos”, “o respeito aos direitos alheios, às diferenças”. (VESENTINI, 2004, p.228)

Ao analisar a produção geográfica dos principais congressos de geografia, podemos concluir que os avanços “pós-renovação” não abarcaram as questões étnico-raciais e continua a negligenciá-las até os dias atuais.

A conclusão que a geografia continua relegando uma produção ínfima as questões étnico-raciais pode ser tirado do mais recente congresso nacional de Geógrafos do Brasil, o ENG. Neste evento, o maior de geografia do Brasil, realizado em Julho de 2008, na cidade São Paulo, foram publicados um total de 2356 (ANAIS DO ENG). Os artigos foram organizados em cinco grandes eixos; 1: Pensamento geográfico (162), 2: Educação (343), 3: Campo-rural (330), 4: Natureza – Meio ambiente (436) e 5: Cidade-urbana (1085).

Deste total de trabalhos apresentados no maior encontro de geógrafos do Brasil foi publicado apenas um (1) trabalho diretamente ligado com a questão étnico-racial, intitulado “A questão racial nas aulas de Geografia na Eja; uma análise após a Lei 10.639/03”. Além deste trabalho, consideramos que os estudos sobre as comunidades quilombolas também estão ligados a questão étnico-racial, nessa linha de estudo foram apresentados 27 trabalhos, junto ao eixo 3 Campo-rural. Este número representa aproximadamente 10% do total apresentado neste eixo, a nosso ver um número expressivo dentro do eixo 3, mas em relação ao total significa uma ínfima produção de pouco mais de 1%.

No geral os números indicam que a produção geográfica tem dedicado uma parcela muito pequena para os estudos das questões étnico-raciais nos diferentes campos desta ciência. Assim com base nos anais do XV ENG e na

pouca literatura sobre as questões étnico-raciais nas pesquisas de geografia, podemos afirmar os geógrafos não estão considerando as questões étnico-raciais como questão geográfica.

Santos (2008, p. 21) já havia apontado que dentro dos diferentes eixos de análises de geografia, há um interesse de alguns geógrafos na produção de uma (re)leitura de dimensões espaciais das relações raciais na sociedade brasileira, porém “ainda poucos”. Rafael S. Araujo dos Anjos (2005) tem sido um dos importantes geógrafos a discutir uma “geografia afro-brasileira e africana” e, vem destacando a carência de trabalhos que abordem os aspectos da geografia africana e seu reatamento na formação do território brasileiro.

Um dos objetivos deste trabalho é justamente colocar em relevo a ínfima produção geográfica sobre as questões étnico-raciais, pois acreditamos que se faz necessário uma produção de maior expressividade na ciência geográfica sobre esta temática, principalmente porque como bem coloca Santos (2008, p. 30) “as relações raciais, o racismo, e, evidentemente, as lutas contra estes, são, portanto, grafadas no espaço e, no mesmo movimento em nele se constituem, também condicionadas por ele”.

Acreditamos que na conjuntura atual do Brasil, no qual o mito da democracia racial<sup>3</sup> perde cada vez mais força e os movimentos sociais negros lutam para edificação de uma sociedade mais justa, a inclusão das questões étnico-raciais nas análises geográficas, poderá contribuir de forma impar para evidenciar as relações dessimétricas entre brancos e negros (e indígenas) da sociedade brasileira, bem como para afirmar a importância e a riqueza da diversidade para humanidade.

Sabemos que a geografia durante muito tempo serviu como instrumento de dominação dos Estados-maiores (LACOSTE, 1988) e para mascar as contradições inerentes ao espaço, mas essa é uma oportunidade de evidenciarmos que a produção do conhecimento geográfico renovou a sua práxis, e pode se colocar a serviço das lutas contra as desigualdades étnico-raciais, indo de encontro às idéias de Soja (1993 p. 148) que entende a

---

<sup>3</sup> “O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre os dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidades e tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra negros no Brasil, e, do outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial” (GOMES, 2005, p. 57)

geografia humana crítica deva “estar sintonizada com as lutas emancipatórias de todos os que são marginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo”.

Cabe ressaltar que alguns trabalhos de geógrafos já estão contribuindo para trazer esses temas para geografia, sobre tudo na geografia escolar. Dado o limite desse trabalho citaremos apenas alguns; os trabalhos de Rafael S. Araújo dos Anjos (2005), Renato Emerson dos Santos (2007), Lourdes Carril (2006) e Leomar dos Santos Vazzoler (2006).

Araújo dos Anjos vem contribuindo com inúmeros trabalhos de mapeamento das comunidades tradicionais de remanescentes de quilombos no Brasil, bem como com vários mapas sobre, reinos, recursos naturais, fronteiras político-administrativas e outros, sobre o continente africano. Anjos busca destacar as importantes contribuições dos povos africanos para conformação do território brasileiro, e é neste sentido que para o referido autor a geografia tem um papel importante na temática da pluralidade cultural, ao reconhecer, valorizar e superar discriminação aqui existente, pois assim, estará atuando “[...] sobre um dos mecanismos estruturais de exclusão social, componente básico para caminhar na direção de uma sociedade mais democrática, na qual os afro-descendentes se sintam e sejam brasileiros”. (ANJOS, 2005)

Santos (2007) é outro geógrafo que vem discutindo as questões étnico-raciais a partir da Geografia, atualmente desenvolve um trabalho sobre os desdobramentos da Lei 10.639 no ensino de geografia no nível básico do ensino. No XV ENG (São Paulo 2008), Santos (2007) trouxe uma contribuição ímpar para questão em análise, com lançamento do livro “*Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil.*” Este livro é uma organização com artigos de alguns geógrafos e sociólogos a respeito dessa temática, nos evidenciando que em diversas áreas do conhecimento do geógrafo (Urbano, Rural, Educação) podemos e devemos levar em conta as questões étnico-raciais, e assim construir em nossos cidadãos um conhecimento geográfico que contemple a participação do negro na constituição do Brasil enquanto nação. (SANTOS 2007)

Carril (2006) nos apresenta uma discussão geográfica a respeito dos remanescentes de quilombos e sobre a segregação espacial e racial na cidade de São Paulo. Uma de suas contribuições foi apresentada ao “grande público”

em 2006, com lançamento do livro *“Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania”* que segundo a geógrafa Odette C de Lima Seabra (apud CARRIL, p. 17 2006) vem a ser uma contribuição importante para pensar a presença dos negros na urbanização brasileira, e “a partir dele, já não será possível negligenciar os aspectos da etnicidade na formação e na manifestação das periferias metropolitanas [...]”

Carril (p. 33. 2006) também faz críticas a dedicação dada para a questão étnico-racial ao dizer que “[...] o entendimento da questão racial brasileira é algo pendente e a geografia pode auxiliar na análise dessa problemática ao lado de diversas áreas [...]”.

Outro trabalho sobre as questões étnico-raciais na geografia, não menos importante por ser o último de nossa análise, é a dissertação de mestrado de Vazzoler (2006) intitulado *“A questão racial no ensino de geografia”*. Neste trabalho a autora apresenta algumas possibilidades de inserção da questão racial nas principais categorias de análise da ciência geográfica, bem como do ponto de vista dos professores da rede de ensino pública do município Vitória no Espírito Santo.

A autora diz que na sua prática enquanto professora pôde constatar “práticas pedagógicas impregnadas de racismo, como, por exemplo, o uso do material didático que fortalece na construção de uma imagem negativa de pretos e pardos” (VAZZOLER, 2006, p.143)

Apresentamos aqui as principais idéias de alguns estudos sobre as questões étnico raciais nos estudos de geografia. Entretanto sabemos que esta temática merece novos estudos, principalmente geográficas, do continente africano, nossa questão de análise a seguir.

## Por uma Geografia da África

“O mais difícil e polêmico enfrentamento nessa tarefa é reconhecer que a África e o território hoje conhecido como Brasil foram ambientes habitados por sociedades históricas, portanto forjadoras de culturas, de relações políticas e econômicas”

( Eudes Fernando Leite, 2007, p.22 )

Estudar a África é discorrer sobre a espécie humana, pois as pesquisas científicas, já comprovaram que a origem mais remota da humanidade é proveniente deste continente, ou seja, os estudos genéticos e paleontológicos apontam para o fato do continente africano ser o berço da humanidade. Desde os mais longínquos ancestrais do homo ao surgimento dos primeiros homo sapiens sapiens desenvolveram-se na África, e partir deste continente progressivamente foi povoando o planeta terra inteiro (WEDDERBURN, 2005)

Em extensão territorial a África é o terceiro maior continente com uma área de mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, que equivalem aproximadamente 20% de todas as terras emersas do planeta terra. São 57 países neste imenso continente que tem uma população de cerca de 800 milhões. (FONSECA, 2007)

Por ser um continente onde homens e mulheres habitam há milhares de anos, a África apresenta uma múltipla diversidade de povos, línguas, religiões, tradições, em suma uma grande diversidade de culturas que ao longo do tempo deixaram suas grafias, visíveis não só nesse continente, mas em todas as partes da terra. A America, principalmente o Brasil, é uma grande prova da riqueza cultural e social dos povos africanos.

Cloude Lepine (2007, p.30) nos atenta que no continente africano “desenvolveram-se civilizações brilhantes, sofisticados sistemas políticos e de governo, construções filosóficas e religiosas, criaram-se obras de arte, conhecimento científico, médicos, astrônomos e outros”.

Entretanto, a referida autora critica que “infelizmente, a ignorância impera no Brasil quando se trata de África. A África é desconhecida do grande público e ainda é objeto de estereótipos e preconceitos [...]” (LÉPINE, 2007, p.30). Para grande parte da população brasileira a África se resume a um único país, ou então as imagens construídas da África estão sempre relacionadas



com sérios problemas de guerra, miséria, epidemias, atraso econômico, etc. No entanto a realidade é mais complexa que as “pseudoáfricas” que povoam o imaginário de grande parte da sociedade ocidental que constroem imagens sobre a África que não abarcam a totalidade do continente africano, sendo vista somente do ponto economista.

Fonseca (2008, p. 165) baseado nos riquíssimos estudos de Ki-Zerbo atenta que as diversas e distintas informações sobre a África também “são contraditórias, relevando a fluidez, falta de conhecimento atualizado e uma folclorização que recobre o continente”. Segundo este autor o continente africano apresenta uma vitalidade e dinâmicas próprias que os exige atenção constante. “Esta dinâmica, também, tem que ser analisada do ponto de vista de sua Geografia política, particularmente na sua constituição de suas fronteiras e territórios constituídos de modo artificial no século XIX [...]” (FONSECA 2008, p. 165).

Segundo Wedderburn (2005, p. 157) “há em toda América Latina uma carência de material didático sobre a África, em língua portuguesa e espanhola”, e nos livros e materiais didáticos que são trabalhados em sala de aula, as contribuições dos africanos e seus descendentes brasileiros estão geralmente ausentes a reboque de outros povos. (ANJOS, 1999; 2005)

Segundo Hernandez (2005, p. 18):

O conjunto de escrituras sobre a África, em particular entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, contém equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente.

Precisamos analisar a África sem nossos “óculos intelectuais” eurocêntricos preconceituosos, pois sabemos que o eurocentrismo, através da ideologia do moderno, exalta os valores ocidentais e desconsidera demais saberes. A respeito do eurocentrismo Aníbal Quinjano (apud SOGAME, p. 6) define que:

O eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa ocidental antes de meados do século XVII [...]. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América [...]. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva

de conhecimento e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo.

Como coloca Hernandez (2005, p.17), “significa dizer que o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que põem um “olhar imperial” sobre o universo.”

A nosso ver, toda essa discussão sobre as “pseudoafricanas” é auxiliada pela produção geográfica, ou melhor, pela não produção geográfica sobre a África, pois como sabemos os geógrafos brasileiros não tem dedicado a devida atenção para o continente africano. Neste sentido os professores de geografia descrevem a África em suas aulas a partir de notícias jornalísticas e enciclopedista sem profundidade, o que vem contribuindo significativamente para estereotipização negativa da África.

Segundo Anjos (2005, p. 175) a geografia tem relegado um “[...] *lugar insignificante e secundário* [...] [...] à geografia africana em quase todos os sistemas e níveis de ensino.” Sendo que nas aulas de geografia a África tem sido último conteúdo a ser estudado e com espaço bem menor que os outros blocos continentais, acontecendo que “muitas vezes o tempo escolar fica esgotado para o cumprimento do programa e, muitas vezes, a *África não é estudada*”. (grifo nosso)

Os trabalhos do ENG 2008 também comprovam que a geografia não tem colocado a África como tema de análise geográfica. Do total de 2356 trabalhos apresentados nesse grande encontro nenhum (zero) teve como tema os diversos aspectos geográficos desse imenso continente.

A principal consequência dessa situação, criada pelos estereótipos negativos da África é que milhões de brasileiros negros são diretamente afetados, pois esses afro-descendentes sempre vêem seus ancestrais e terra deles sem história própria, sem valores, sem importância, sempre a reboque de outros países. Nos ambientes escolares esta situação é ainda mais problemática, pois milhões de crianças afro- descendentes passam a se sentir inferiorizadas, virando motivos de piadas e preconceitos (SILVA, 2007)

É diante desta situação colocada que estamos trazendo para o debate a necessidade de construção de uma Geografia da África que possa contribuir na desconstrução de preconceitos étnico-raciais que tem sido muito caro para

uma parcela significativa da população brasileira, que apresentam algum grau de ascendência africana. Pois como aponta Milton Santos (2000, s.p), sabemos que “os interesses cristalizados, que produzem as convicções escravocratas arraigadas, que mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais.”

Para tanto, devemos buscar a compreensão dos diversos espaços deste continente, sempre abrangendo a totalidade das paisagens e, portanto, as relações socioculturais da população africana, pois ao trabalharmos sobre a África não podemos retirar as relações socioculturais dos povos africanos na (re)construção de seus territórios.

Neste sentido, para construirmos uma visão geográfica da África desvelada de estereótipos pejorativos precisamos levar em conta os diversos elementos que conforma o espaço geográfico, não só o econômico. Assim construiremos uma geografia da África que apresente este espaço como um continente vivo, diverso, dinâmico, com histórias e culturas próprias, com uma grande diversidade étnico lingüística, contrapondo a única forma como este continente aparece, sempre como complementares a outros povos como os europeus ou brasileiros.

Nesse caminho devemos desconstruir à “simples visão dos escravos passivos participantes dos ciclos da economia brasileira”, e destacar que os africanos como um dos povos formadores da população e da cultura mundial (SILVA, 2007, p.11). Pois como sabemos os africanos tiveram, e ainda tem, uma papel muito ativo na conformação do território brasileiro com seus conhecimentos, técnicas, “como a arte do trabalho dos ferros, da mineração do ouro, do pastoreio, música, danças, religiões e muitas outras coisas” (LÉPINE, 2007, p.37).

Assim a geografia estará cumprindo a responsabilidade assumida na renovação da geografia, isto é, estará desenvolvendo uma ciência comprometida e voltada para uma práxis da transformação social.

Para os desatentos, cabe pontuar que não estamos aqui advogando por uma visão afrocêntrica etnocêntrica, nossa compreensão do ensinar geografia se uni a concepção do grande geógrafo libertário Kropotkin (1979, p.4) que entendia que a geografia deveria cumprir, também, “um serviço muito mais

importante. Deve ensinar-nos, desde nossa mais tenra infância, que todos nos somos irmãos, qualquer que seja nossa nacionalidade”.

### **Considerações finais**

A geografia, com outros campos do conhecimento científico, não pode ser entendida por si só, assim esta ciência pode se colocar a disposição para dominação quanto para emancipação. Historicamente, como já é conhecido, este conhecimento científico foi utilizado como uma ferramenta de dominação e alienação do espaço pelos Estados-maiores. Em relação à África até o momento a Geografia tem relegado estudos descritivos, a - históricos, enumerativos que vem contribuindo para estigmatização deste continente, por sua vez para inferiorização dos africanos e afro-brasileiros.

Neste trabalho advogaremos pela construção de Geográfica da África desvendada de estereótipos pejorativos, que considere os diversos elementos que conformam o espaço geográfico, não só o econômico. Para construirmos uma Geografia da África que apresente este espaço como um continente vivo, diverso, dinâmico, com história e culturas próprias, contrapondo a forma como esse continente aparece sempre a reboque de outros povos como os europeus e brasileiros. Ainda temos muitas limitações em relação a esta questão, sabemos que precisamos avançar e entender as complexidades peculiares deste continente, para assim apreender, despidos de preconceitos, os arranjos territoriais deste imenso continente. Mas acreditamos que nossa contribuição foi colocar em relevo a necessidade (re)construirmos uma Nova Geografia da África.

Em suma podemos dizer que a produção geográfica ainda esta em débito com os estudos sobre o continente africano. Dada essa realidade temos como pressuposto que os estudantes de geografia (futuros professores), sobretudo, aqueles que “bebem somente da fonte aula”, não estão preparados para trabalhar com as questões étnico-raciais em sala de aula, o que a nosso ver é um grande entrave para implementação da Lei 10.639 e, que precisa ser resolvido com urgência, dada as necessidades das questões étnico-raciais.

Dado que este é um dos nossos primeiros trabalhos sobre esta questão cabe destacar que atualmente estamos concluindo uma pesquisa sobre a dimensão as questões étnico-raciais na formação dos professores da Universidade estadual de Londrina.

## **Bibliografia**

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC – Ministério da Educação. 2005, v. 1, p. 173-184

\_\_\_\_\_. A África, A Educação Brasileira e a Geografia. In: **SECAD-MEC**. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília-DF: MEC/BID/UNESCO, 2005, v. 1, p. 167-184.

BRASIL. **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca por cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Apresentação do livro Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. In: **SECAD-MEC**. (ORG.) Educação anti-racista; caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília-DF: MEC?BID?UNESCO, v. 1, p. 7-9, 2005.

ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo**.

FONSECA, Dagoberto José da. As fronteiras móveis do continente africano: construções étnicas e estranhas à África. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações sócias: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.165-174.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **SECAD-MEC**. (ORG.) Educação anti-racista; caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília-DF: MEC?BID?UNESCO, v. 1, p. 39-62, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. **África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra**. Tradução Maria Cecília França. 2 ed. Campinas: Papirus, 1988.

LEITE, Eudes Fernando. Negros de Papel e Negros na história. In: **Caderno UNIAFRO 2**, Londrina, v.2, p. 18-27, 2007

LÉPINE, Claude. A África e a construção das identidades afro-brasileiras. In: **Caderno UNIAFRO 2**, Londrina, v.2, p. 28-37, 2007.

KROPOTKIN, Piotr. O que a Geografia deve ser. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: Vol. 10/11, n. 13, p. 1-9, 1979.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil de hoje. In; **Folha de S.Paulo - Mais - Brasil 501 d.c.** – São Paulo, 07 de maio de 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos. O Ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: Reflexões a partir da Lei 10.639. In: \_\_\_\_\_ **Diversidade, espaço e relações sócias: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.21-40.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **SECAD-MEC**. (ORG.) Educação anti-racista; caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília-DF: MEC?BID?UNESCO, v. 1, p. 21-37, 2005.

SILVA, Lucia Helena Oliveira. História afro-brasileira e africana nas escolas. In: **Caderno UNIAFRO 2**, Londrina, v.2, p. 8-17, 2007

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VAZZOLER, Leomar dos Santos. **A Questão Racial no Ensino de Geografia**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

VESENTINI, José William. Realidade e perspectiva do ensino de Geografia no Brasil. In:\_\_\_\_\_. **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.

WEDDERBUN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino de história da África no Brasil. In: **SECAD-MEC**. (ORG.) Educação anti-racista; caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília-DF: MEC?BID?UNESCO, v. 1, p. 133-166, 2005.